IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade
V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade
V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

O IMPACTO DAS EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS NA CONSTRUÇÃO DO SABER: REFLEXÕES A PARTIR DA OBRA REIVINDICAÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER

Eixo Temático 11 – EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS E ESTUDOS DAS MULHERES: GÊNERO, SEXUALIDADE E DIVERSIDADE

Nicole Gomes Porto [1]
João Diógenes Ferreira dos Santos[2]

RESUMO

O presente trabalho objetiva apresentar uma reflexão sobre a Epistemologia Feminista na construção do saber científico e no questionamento das bases androcêntricas do conhecimento. Trata-se de uma revisão de literatura, na qual foi selecionada a obra Reivindicação dos Direitos da Mulher (1792), de Mary Wollstonecraft, para elucidar a importância do pensamento feminino no contexto das produções que defendem a universalização de direitos e o acesso à Educação. Neste trabalho, abordamos o início das reivindicações femininas na Europa por direitos inerentes a todos os seres humanos. Também, fizemos um diálogo com autoras feministas modernas, como Kimberlé Crenshaw, Helen Longino e Sandra Harding. Por fim, a metodologia empregada consiste em um estudo qualitativo do tipo bibliográfico.

Palavras-chave: Epistemologias Feminista, Conhecimento Científico, Educação, Direitos.

INTRODUÇÃO

Quando se discute o surgimento dos direitos inerentes à mulher nos ordenamentos jurídicos ao longo dos anos, percebe-se a influência de reivindicações de movimentos feministas modernos que buscam a conquista de direitos fundamentais, inerentes a todo ser humano, como à educação, ao trabalho, à saúde, à liberdade e à

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - BA, nicole.gomes021@gmail.com;
[2] Professor Orientador e co-autor: Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – SP e docente do Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - BA, jdfsantos@uefs.br;

igualdade. Esses direitos básicos foram implementados a partir de revoluções sociais que possuem a figura do homem como principal ser da sociedade. Infelizmente, o significado que foi adotado para esse termo no início das revoluções, não dizia respeito ao representante da espécie humana, mas sim àquele indivíduo que se colocava como centro da humanidade, representante do gênero masculino, o homem.

Por exemplo, a Revolução Francesa (1789-1799), por meio da Declaração do Homem e do Cidadão, institui a universalização dos direitos sociais e das liberdades individuais, influenciada por ideias iluministas que tinham como foco o pensamento racional. O movimento político e ideológico teve como base o pensamento de diversos autores, como Jacques Rousseau, John Locke e Voltaire, que defendiam a universalização de direitos diante de um Estado absolutista e monárquico. As ideias discutidas por eles possuíam um cunho libertário, mas não eram direcionadas para parcelas da população, como mulheres, homens negros e crianças.

No final do século XVIII, a Europa passava por esse período revolucionário, colocando-se em defesa de um sistema livre e racional. As mulheres, mesmo participando ativamente das lutas políticas, não foram contempladas pelos direitos sociais conquistados. Elas eram consideradas seres insignificantes, submetidas à dominação masculina, destinadas apenas ao prazer e à obediência. Muitas delas, não possuíam acesso a qualquer meio de educação, voltando-se apenas para a vida doméstica e familiar.

Nessa conjuntura social, Mary Wollstonecraft, publicou em 1792, a obra Reivindicação dos Direitos da Mulher, discutindo a importância da educação e do desenvolvimento do pensamento racional para as mulheres. A autora considerada umas das principais pioneiras do movimento feminista, atribui a necessidade do incentivo a Razão à independência da mulher.

Muito à frente do pensamento do seu tempo e criticando diversos autores que defendiam a inferioridade feminina, Mary evidencia os problemas sociais e políticos de uma Europa que se colocava no centro da defesa dos direitos inerentes ao homem. A obra discute sobre a condição feminina em período histórico marcado pelo processo de industrialização e surgimento de um novo modelo econômico, o capitalismo.

Nesse aspecto, o presente trabalho possui como objetivo fazer uma análise das principais ideias da obra de Mary Wollstonecraft, entrelaçando-a com epistemologias

feministas contemporâneas. Para isso, discutiremos as principais ideias da obra, tecendo alguns comentários.

METODOLOGIA

O método empregado para realização deste estudo consiste em uma abordagem qualitativa do tipo bibliográfico, direcionado à compreensão da defesa do pensamento racional feminino como elemento essencial do Saber. Para realizar este trabalho, foram consultados textos, livros e artigos científicos que tratam sobre a temática.

Também, foi utilizado a revisão bibliográfica de artigos que discutem sobre Epistemologias Feministas contemporâneas interligando-os com os conceitos teóricos de Mary Wollstonecraft.

REFERENCIAL TEÓRICO

Mary Wollstonecraft, foi uma escritora e filósofa inglesa, nascida em 27 de abril de 1759, em Londres, no Reino Unido, morreu na mesma cidade, em setembro de 1797. Considerada umas das principais defensoras dos direitos da mulher inglesa, a autora teve uma vida marcada por relações familiares e amorosas conturbadas, com episódios de violência paterna e matrimonial[3]. A sua obra, Reivindicação dos Direitos da Mulher, ganhou extrema visibilidade ao fazer uma crítica à Constituição Francesa de 1971 que não incluía as mulheres como cidadãs. Nessa narrativa, a autora destaca a importância do acesso feminino a direitos básicos, como educação pública, liberdade e independência financeira.

No início da obra, a autora evidencia a negligência educacional em relação às mulheres como a principal causa da sua situação de vulnerabilidade social e miséria. Para ela, as mulheres possuem a mesma capacidade racional que os homens, sendo criaturas humanas capazes de desenvolver suas faculdades mentais. Contudo, existe um empenho social para convertê-las em seres subordinados, objetos de atração masculina, destinados a atividades meramente domésticas e familiares.

[3] Informações retiradas do prefácio da obra Reivindicação dos Direitos das Mulheres, 2017, Boitempo editorial.

Segundo a autora, a educação das mulheres durante o período revolucionário francês era utilizada apenas como meio de garantia da sua disponibilidade e submissão em relação aos homens. Elas eram consideradas seres frívolos, incapazes de possuir uma autonomia política e econômica. Sua ascensão social só se dava a partir de matrimônios que as colocavam em uma situação de inferioridade em relação a seus maridos.

Mary reconhece as diferenças físicas e biológicas entre homens e mulheres, mas acredita que isso não deve ser um impasse para o incentivo de uma educação formal. Muitos autores, como Rousseau e Alexander Pope, foram criticados pela autora ao empregar o pensamento racional para justificar preconceitos assimilados à figura feminina. Ela destaca que a Razão atrelada a pontos de vistas parciais e costumeiros seria responsável por direcionar as mulheres a papéis de submissão, mantendo-as em um estado infantil. Dessa forma, defende o exercício da Razão atrelado ao conhecimento científico como forma de pôr fim a essa estrutura.

Outro ponto importante discutido por Mary diz respeito aos estigmas sexuais vinculados à valores morais. A autora destaca que a educação feminina era dirigida inteiramente com o objetivo de fazê-las agradáveis e sexualmente submissas aos seus maridos. As mulheres que fogem desses padrões são reprimidas por princípios e preconceitos ancorados em uma suposta moralidade. Ela evidencia que essa moralidade impõe condutas a serem seguidas que as desclassifica como seres humanos autônomos.

Além disso, Mary mostra-se uma autora corajosa ao discordar do caráter atribuído às mulheres pelo filósofo Rousseau, um dos principais pensadores iluministas de sua época. Para o escritor suíço, a mulher deveria ser fraca e passiva em razão da superioridade física masculina, sendo destinada a agradar e se submeter ao homem. A autora questiona essa suposta superioridade masculina acreditando na igualdade entre os gêneros.

Por fim, a autora alerta que a educação nacional das mulheres seria o caminho para libertá-las de todas as restrições sociais. Elas devem compartilhar os mesmos direitos que os homens, possuindo acesso às universidades, educação pública e particular. Também, ressalta que deve ser assegurado a elas o direito à liberdade física, moral e civil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Rita Radl Philipp (2010) afirma que a partir da teoria política de Wollstonecraft, inicia-se debates acadêmicos para o reconhecimento dos direitos à dignidade humana e cidadania para as mulheres na Europa. A obra iluminista de Mary é responsável pelos primeiros movimentos de reivindicação pelos direitos das mulheres. Esses movimentos baseiam-se na corrente ideológica da revolução francesa, com a defesa de ideais de liberdade, igualdade e fraternidade.

Outro marco histórico importante foi o término da Segunda Guerra Mundial, no século XX, acompanhado da publicação da obra O segundo sexo (1949), de Simone de Beauvoir. Essa obra é responsável por destacar a mulher como um sujeito autônomo, cuja vida e o destino não dependem de uma relação de alteridade, mas sim da superação das desigualdades de condições no espaço público e extra doméstico (Rita, 2010).

A concepção de Beauvoir influenciou os movimentos feministas modernos que denunciam a existência de uma estrutura que impede a aplicação dos direitos fundamentais às mulheres. Entre os anos 60 e 80, se introduz, no âmbito dos estudos sobre as mulheres, a diferença entre os conceitos de sexo e gênero. Isso foi feito inicialmente, por Robert Stoller e John Money no campo dos estudos psiquiátricos, ao diferenciar a identidade do sujeito enquanto pessoa de sua pertença ao sexo (Rita, 2010).

Posteriormente, no debate de *Women 's Studies,* começa-se a adotar o conceito de gênero como uma construção social das identidades de mulheres e homens, seus papéis e funções sexuais na sociedade. Enquanto o sexo representa uma construção biológica-fisiológica (Rita, 2010).

Nessa conjuntura acadêmica, a Epistemologia Feminista se desenvolve ao considerar como as questões de gênero influenciam na produção do conhecimento. Conforme afirma Ketzer (2017, p.97), esse campo de pesquisa "está preocupado em investigar o papel do gênero nas diversas atividades epistêmicas. Considera que há preconceito de gênero infiltrado nas mais variadas áreas do conhecimento humano.

A Epistemologia Feminista problematiza a produção de conhecimento que se baseia em estereótipos de gêneros. Seu principal intuito é modificar a estrutura social de opressão às mulheres, defendidas no campo científico. Existem diversas autoras

feministas que problematizam essa questão, desenvolvendo diversas teorias e argumentos que questionam os conceitos de racionalidade, identidade, relações de poder e igualdade. Muitas delas, como Helen Longino (1996), Kimberlé Crenshaw (1989) e Sandra Harding (1993), criaram formas metodológicas feminista para analisar as relações de poder que permeiam a produção do conhecimento (Ketzer, 2017 *apud* Chantler; Burns, 2015).

As metodologias feministas observam as práticas androcêntricas existentes na ciência. Segundo Guimarães; Oliver (2017) elas questionam o ideal de "ciência neutra", sendo esta influenciada por questões de classe, de raça e de gênero. O papel dessas formas metodológicas é produzir um conhecimento com base em experiências de grupos sub-representados, como mulheres, pessoas negras e membros da comunidade LGBTQIA +.

Sandra Harding (1993), filósofa e professora universitária, propõe uma metodologia feminista que defende a perspectiva dos grupos marginalizados na produção do conhecimento. A autora critica a ciência generalizada, desempenhada por um grupo privilegiado, criador de discursos teóricos dominantes. Para ela, a fundamentação científica e a racionalidade devem se basear nas experiências de diversos grupos, em vez de se apoiarem em teorias patriarcais e discursos universais.

A teoria do Ponto de Vista proposta por Harding busca questionar os relatos dominantes por meio das experiências de grupos historicamente silenciados (Ketzer, 2017). Essa teoria privilegia as vozes desses grupos em detrimento de produções científicas criadoras de estigmas de gênero. Assim, a autora defende que as mulheres devem participar ativamente do processo de produção científica para impedir a propagação de pressupostos sexistas.

Além de Harding, Kimberlé Crenshaw (1989), jurista norte-americana, desenvolve uma metodologia feminista interseccional que captura as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação. Essa abordagem representa um marco acadêmico ao discutir a localização das mulheres negras e sua marginalização estrutural na sociedade (Assis, 2019). Crenshaw volta-se para os processos de discriminação das mulheres que se entrecruzam com questões de raça, classe social e sexualidade. Em seus trabalhos, há uma preocupação em relação à incidência de outros marcadores sociais, além do gênero.

Vale ressaltar que ambas as autoras buscam criar metodologias feminista que possibilitem a produção científica na qual as mulheres são os sujeitos ativos. Elas, como várias autoras, trabalham com epistemologias feminista que problematizam o pensamento andocrêntrico no interior de produções acadêmicas. Dessa forma, procuram investigar o gênero como categoria de análise epistêmica que permite estudar as relações de poder, os papéis sexuais e a construção de identidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando como base as informações apresentadas, é possível identificar a influência da obra de Mary Wollstonecraft nos pensamentos Epistemológicos Feministas modernos. A autora denuncia o pensamento androcêntrico existente entre os Iluministas em uma época em que não era possível denomina-lo. Suas ideias reverberam nas sociedades contemporâneas como feixes de luz que orientam a luta feminina por direitos inerentes a todos os seres humanos.

Wollstonecraft foi uma das primeiras autoras a defender o pensamento racional feminino como principal meio de libertação da estrutura social. Sua obra, escrita no século XVIII, possui um caráter atemporal ao centralizar o pensamento racional como principal meio de libertação feminina da opressão social. Considerada um dos primeiros textos feministas, a obra apresenta um caráter revolucionário, ao criticar uma sociedade que lutava por direitos de liberdade, igualdade e fraternidade entre os homens, mas não considerava as mulheres como merecedoras de tais direitos.

O incentivo à Razão nas obras de Mary, principalmente voltado para a educação universitária feminina, proporcionou o surgimento de Epistemologias Feministas que questionam a produção do conhecimento científico. Esse ramo do conhecimento, volta-se para os conceitos centrais científicos, questionando os estereótipos de gênero que servem como base. Assim, há problematização da própria forma de pensar o conhecimento e a ciência (Ketzer, 2017).

É importante destacar que a teoria de Mary foi ampliada pelas Epistemologias Feministas modernas que abordam as questões de raça, classe social, nacionalidade e sexualidade. Esses estudos transitam por diversas áreas do conhecimento científico, para

isso, utilizam a crítica feminista das ciências, apresentando novos modelos e abordagens para repensar a ciência.

REFERÊNCIAS

ASSIS, D. **Gênero, Sexualidade e Educação. Interseccionalidades.** Universidade Federal da Bahia, p. 1-32, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. **Desmarginalizando a intersecção entre raça e sexo: uma crítica feminista negra da doutrina antidiscriminação, da teoria feminista e da política antirracista.** Género e Performance: textos essenciais. Coimbra: Grácio Editor, p. 53-89, 2019.

GUIMARÃES, Clara; OLIVER, Graciela de Souza. Ciência feminista, história e epistemologia. **Histórias das ciências, epistemologia, gênero e arte: ensaios para a formação de professores.** São Bernardo do Campo: Editora UFABC, p. 237-253, 2017.

HARDING, Sandra. **A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista.** Rev. Estud. Fem, p. 07-32, 1993.

KETZER, Patricia. **Como pensar uma Epistemologia Feminista? Surgimento, repercussões e problematizações.** 2017.

RADL PHILIPP, Rita: Derechos Humanos y Género, Em: CADERNOS CEDES: **"Educação e direitos humanos: contribuições para o debate"**, no. 81, maio-agosto 2010, pp. 135-155.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher.** Boitempo Editorial, 2017.